



O JORNAL O PATRIOTA (1813-1814) E A FORMAÇÃO DA ELITE BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Murilo Toffanelli
murilo.toffanelli@gmail.com
Marcília Rosa Periotto
(UEM)

Resumo

O trabalho busca mostrar o caráter educativo presente num dos primeiros periódicos brasileiros formadores de opinião, O Patriota (1813-1814), editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. O caminho definido para a análise, leitura do contexto histórico e do quadro político e econômico vigente no período, permite demonstrar como o jornal apreendia e retratava o desenvolvimento industrial e agrícola existente na Europa, além das tensões causadas pelo bloqueio continental. As nações desenvolvidas não dependiam mais do monopólio das riquezas naturais extraídas das suas colônias, pois já se pautavam pela lei do livre mercado, diferentemente de Portugal que ainda se mantinha preso às relações coloniais. Ao entenderem principalmente a posição dominante da Inglaterra como a maior produtora de manufaturados e que realizava a produção da riqueza por meio da liberdade do comércio, indivíduos como Manuel Ferreira e colaboradores d'O Patriota acreditavam que a única possibilidade de desenvolvimento do reino português, sediado no Brasil, seria a adoção de um modo de produzir conjugado à disseminação e aplicação das modernas técnicas produtivas europeias e, fundamentalmente, a ruptura com o Antigo Regime que ainda vigorava no governo do reino. A estratégia, então, seria instruir os brasileiros sobre os benefícios trazidos por práticas modernizadoras de produção e de um pensamento compatível com aquele estágio. Este aspecto exige para a compreensão do caráter educativo inerente ao jornal o estudo das ideias de dois importantes estadistas, colaboradores de O Patriota, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Duarte Ribeiro de Macedo (1619-1680). Ambos tinham planos para o desenvolvimento do reino, mas o primeiro, contemporâneo ao jornal, era um liberal, enquanto o segundo era dono de um forte pensamento mercantilista condizente com a primeira fase da sociedade capitalista. A escolha desses colaboradores se justifica pelo objetivo de realizar uma comparação entre um pensamento moderno com outro tido por antiquado, mas, também, de apontar o que os identificava: a postulação da industrialização. Por fim, o último ponto do trabalho será a análise dos motivos que levaram o editor d'O Patriota, ter os estadistas como colaboradores de seu jornal. O estudo vincula-se à História da Educação por tratar o debate de ambos, e do próprio jornal, como veiculadores de propósito educativos, na medida em que educar para uma possível nova realidade era questão sempre presente na vida do jornal.

Palavras-chave: História da Educação. Imprensa Brasileira. O Patriota. Formação da elite brasileira. Industrialização. Modernização.

No final do século XVIII Portugal estava envolvido por fortes laços de dependência econômica com a Inglaterra, em consequência dos acordos nos quais os ingleses garantiam, em troca de vantagens comerciais, proteção ao Reino Lusitano e às colônias ultramarinas em razão das investidas de outras potências europeias. A proteção inglesa dos domínios territoriais lusitanos protegia também, ou prolongava a relação mercantil da metrópole com a colônia, que já se encontrava em desgaste (CLOULET, 1999).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A busca pela preservação dos antigos laços coloniais com a metrópole foi o que trouxe o “Absolutismo Ilustrado” ao Reino Português. A disseminação das luzes por toda a Europa, um período denominado de Iluminismo obrigou Portugal, econômica, social e intelectualmente atrasado em relação às potências de então, não romper com a monarquia e renovar sua forma de governo, mas sim preservá-la e “ilustrá-la”, modernizando suas instituições a fim de renovar e fortificar a relação com suas colônias (CLOCLET, 1999). Para se realizar o período de ilustração no reinado de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, secretário do Estado do Reino, cuidou de promover a modernização de Portugal e das colônias, reformando e melhorando instituições de educação e de administração, estreitando os laços coloniais e buscando a maior arrecadação de lucros das colônias. Foi nesse ambiente, depois das reformas pombalinas, que José Bonifácio estudou na Universidade de Coimbra. (CLOCLET, 1999). Para maior entendimento do conceito de Absolutismo Ilustrado:

Tratava-se de promover a ilustração a partir do próprio Estado Absolutista, executando reformas pontuais no sistema então vigente que, em última instância, visavam revigorar suas estruturas. Este processo conformava a forma de governo típica dos países Ibéricos e de outros que se encontravam em semelhante atraso, definida como “absolutismo ilustrado” ou “despotismo esclarecido”. Sua especificidade, ou seja, modernizar para fortalecer a própria ordem vigente, refletiu-se na política pombalina, a qual revelava uma combinação de elementos mercantilistas e ilustrados, coerente com o objetivo em questão. (CLOCLET, 1999, p.70).

Este pensamento tradicional e antiquado, aceito e encorajado por grande parte do pessoal da corte, começou a ser mudado quando D. Maria I subiu ao trono em 1777. No seu governo os laços coloniais foram afrouxados, ao contrário do que ocorria no reinado anterior, em que foram fortalecidos. D. Maria tomou essa postura porque via o “antigo regime” em crise, e que os problemas que vinham a surgir, além dos antigos, não seriam resolvidos com a vigência de uma política mercantil, mas sim com o desenvolvimento e aplicação das ideias liberais, cada vez mais populares na Europa, principalmente na Inglaterra, na política, comércio e administração lusitana (CLOCLET, 1999).

José Bonifácio, considerado influente no governo, assim como D. Maria, via o liberalismo como a política econômica mais adequada para o desenvolvimento do Brasil. Um exemplo disso é um artigo que escreve sobre a caça de baleias no Brasil, como deveria ser feita, e de que forma

4691





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

seria mais lucrativa para os particulares, e para o reino. Para dar lucratividade, dizia que o monopólio do reino deveria ser abolido e aplicado o regime da livre concorrência, da mesma forma como definiu Adam Smith na obra *Riqueza das Nações* (CLOCLET, 1999). José Bonifácio, influenciado pelo pensamento da época, via a combinação da política liberalista, do rompimento de laços coloniais antigos, e da sua aplicação em uma terra abundante em matérias primas e recursos hidrográficos e geográficos favoráveis ao comércio, como a chave para o desenvolvimento de uma nação.

No final do século XVIII, a ideia de transferência da corte para o Brasil, que já fora pensada em outros períodos, tornou-se uma alternativa para a preservação do Império, pois a mentalidade portuguesa da época via a América através de uma visão paradisíaca. Um continente livre de tensões, abundante em recursos materiais e hidrográficos, seria o lugar ideal para o estabelecimento e restauração do centro do Reino, segundo a visão reformista luso-brasileira. Mas para que se desenvolvesse e fortalecesse, tais recursos deveriam ser explorados corretamente, e vários traços do Antigo Regime deveriam ser esquecidos, como as políticas mercantilistas, o monopólio, entre outros, que seriam substituídos com as novidades do iluminismo e liberalismo (CLOCLET, 1999).

A ameaça de invasão napoleônica foi o fator principal que levou à transferência da família real e da corte para o Brasil. Portugal estava prestes a ser dominado pelos franceses, o que lhe impediria manter relações com sua maior colônia, com isso, a única forma de escapar do domínio francês e continuar a interação com a colônia seria empreender fuga e mudar o centro do governo para o Brasil. A transferência se deu no ano de 1807 sob a proteção da Inglaterra e de sua esquadra (SIMONSEN, 2005). O fator da instalação da corte no Brasil, somado ao tratado de abertura dos portos assinado por D. João VI, decretou a inversão de papéis entre colônia e metrópole no Reino (CLOCLET, 1999). Tal inversão política acabou com os lucros e benefícios que a metrópole obtinha da colônia, e com a abertura dos portos, as únicas formas de obtenção de lucros seria através do comércio com as nações amigas e da arrecadação de uma pequena taxa alfandegária com a entrada dos produtos ingleses (SIMONSEN, 2005).

Enquanto o reino estava sob o tratado de abertura dos portos, o Brasil experimentou certo progresso, justamente pela combinação do maior acesso aos produtos manufaturados importados





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

da Inglaterra e pelo estímulo da pequena indústria nacional, com a revogação da lei assinada por D. Maria I, que proibia qualquer indústria nacional por D. João VI, seu filho. Tais mudanças, proporcionadas pelo tratado de 1808 e pelas políticas joaninas, foram fatores determinantes para o futuro alcance da independência econômica e política (SIMONSEN, 2005).

Mas a ascensão no Brasil da indústria e do comércio foi sufocada pelos Tratados de 1810 com a Inglaterra, de Aliança e Comércio, combinados entre o estadista português D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, com Lorde Strangford da Inglaterra. Nos tratados estava decretado que a alfândega dos produtos ingleses que entrassem no Brasil seria reduzida de 24% do valor do produto, como decretado no tratado de 1808, para 16%, apenas 1% a mais do que a alfândega cobrada dos produtos portugueses, e o mesmo se daria dos produtos brasileiros na Inglaterra (SIMONSEN, 2005).

Assim, os benefícios do tratado pareciam recíprocos, mas acabavam por beneficiar a Inglaterra, já que a necessidade dos brasileiros por manufaturas inglesas era muito maior que a necessidade inglesa de produtos brasileiros. Tal surto das importações inglesas mostrou-se ser também consequência do Bloqueio Continental, onde a França impedia o comércio com os ingleses em grande parte da Europa, o que implicou o Brasil se tornar consumidor do excedente acumulado inglês. Também pela redução dos impostos nas alfândegas, a importação intensa das manufaturas inglesas fez com que o custo de vida diminuísse, mas também que a pequena indústria nacional entrasse em colapso, implicando em um desequilíbrio na balança do reino, onde as exportações não compensavam as importações (SIMONSEN, 2005).

Os tratados foram aceitos pelo príncipe, pois garantiam a proteção do Brasil pela Inglaterra das ameaças exteriores. Nesse ambiente se tornava evidente que o Antigo Regime definitivamente entrara em colapso, e que mudanças seriam necessárias não apenas na política, mas também na mentalidade do brasileiro. Para isso, um preparo deveria ser feito para que a corte abandonasse os antiquados traços coloniais, que a acomodara, e estagnava qualquer lampejo de modernização aumentando sua dependência aos antigos benefícios que estavam prestes a desaparecer.

Era fundamental, pois, se abrir para os benefícios das luzes e estabelecer planos de desenvolvimento para o Brasil, explorando de forma eficiente os recursos existentes. Essa





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

preparação poderia ser feita com a disseminação das luzes no Brasil, ou seja, das ideias liberais, e isto se deu principalmente pela ação da imprensa.

Depois da assinatura dos tratados de 1810, d. João VI redigiu um manifesto¹ justificando sua aprovação dos tratados. No final deste manifesto, nota-se uma semelhança no plano de desenvolvimento da nação brasileira disposto pelo soberano com o pensamento de José Bonifácio:

Além das facilidades concedidas pelas isenções de direito, às fábricas do reino, também lhe conservei o de aprovisionarem as minhas tropas; no que vereis minha particular atenção a dirigir sempre o sistema liberal, adotado para o fim de sustentar, e promover a indústria de meus vassalos. Assim vereis prosperar a vossa agricultura; progressivamente forma uma indústria sólida, e que nada tema de rivalidade das outras nações; levantar-se um grande comércio e uma proporcional marinha e vireis a servir de depósito aos imensos produtos do Brasil, que crescerão em razão dos princípios liberais, que adotei, de que enfim resultará uma grandeza da prosperidade nacional de muito superior a toda aquela que antes que se vos podia procurar, apesar dos esforços que sempre fiz para conseguir o mesmo fim, e que eram contrariados pelo vício radical do sistema restritivo que então se julgava favorável, quando realmente era sobremaneira danoso à prosperidade nacional. (SIMONSEN, 2005, p.516 - 517)

O que torna semelhante o manifesto às ideias de José Bonifácio é o fato dele também acreditar que o sucesso da nação dependia do desenvolvimento da agricultura para que esta servisse de base a uma futura indústria, que movimentaria um comércio cada vez mais majestoso, que necessitaria da posse de uma marinha de proporcional magnitude (CLOCLET, 1999). Outro ponto em comum no modelo dos dois está na substituição de políticas coloniais, como o mercantilismo, que parecia trazer desenvolvimento e riqueza, mas que na verdade só trazia atraso, para o liberalismo, que traria progresso a nação. Além destes pontos em comum com o soberano, Bonifácio colocava a necessidade de uma educação científica e moral na sociedade.

A educação, ou formação da consciência, se realizou por meio da imprensa da época com a publicação de periódicos que cada vez se tornavam mais complexos e formadores de opinião. Um importante periódico, *O Patriota*, que atuou entre 1813 a 1814, pretendia transformar o homem

¹ Manifesto reproduzido em História Econômica do Brasil, de Roberto Simonsen (p. 516 a 517), onde o príncipe justifica a assinatura dos tratados de 1810.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

acomodado ao antigo regime em um homem das luzes, portanto um civilizado na ordem burguesa.

O jornal *O Patriota* teve um curto período de atividade, lançou apenas 18 edições entre os anos de 1813 a 1814 pela Imprensa Régia, a primeira editora brasileira, que se localizava na cidade do Rio de Janeiro. Seu editor era Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que já atuava na área da imprensa. Por ter sido o primeiro jornal “denso”, que publicava artigos complexos e analíticos *O Patriota* foi um dos primeiros órgãos formadores de opinião no Brasil (KURY, 2007, p. 09 e 10).

O nome do jornal não prezava de um caráter radical, seus escritores não buscavam a ideia de ruptura, para eles a ideia de pátria consistia na figura do reino, na união entre as províncias portuguesas, e não na defesa de somente uma delas. Assim, notava-se certo cuidado com a abordagem de certos assuntos, que poderiam parecer revolucionários e radicais, o que fazia com que fossem discutidos com toda a cautela pelos escritores, já que a época em que o periódico esteve em circulação, segundo Marcos Morel, tratava-se de uma época híbrida entre absolutismos e liberalismos (KURY, 2007, p. 11).

Cada edição do periódico era dividida em rubricas, nem sempre pelas mesmas, como Artes, Literatura, Política, História, Medicina, Matemática, Química, contando também com diversas tabelas de movimentação comercial, de importações e exportações do reino, além de muitas outras rubricas que são acrescentadas, e outras excluídas, com o decorrer da emissão de novas edições. Todo esse conteúdo era introduzido em *O Patriota* de acordo com as necessidades da época vistas pelo editor. Esse, ao tornar acessível tais novidades vindas da Europa, buscava mostrar a utilidade de tais estudos tecnológicos e econômicos na sociedade, sejam nas inovações agrícolas, políticas ou literárias.

Assim, percebe-se que o objetivo do jornal era preparar intelectualmente a elite que se encontrava no centro do reino português, e fazer com que usasse os conhecimentos adquiridos para o desenvolvimento do reino, que rompesse com a antiga mentalidade lusitana, mas não instantaneamente nem completamente, pois mesmo com a ilustração, adoção de medidas liberais, a forma de governo vigente ainda era o absolutismo, que abominava qualquer incitação de questionamento à ordem vigente a tal modelo e que tivesse caráter revolucionário ou radical.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Mas enquanto novidades como o liberalismo eram promovidas em *O Patriota*, o jornal também deveria fazer a manutenção dos interesses portugueses, como a Monarquia Absolutista. Esse cuidado do jornal se dava em razão do temor da corte em que se instalasse a Monarquia Constitucional, regime visto como propenso ao incitamento de revoluções, como ocorrera na França. As fortes críticas percebidas nos artigos que relatam a situação francesa e as medidas tomadas por seu imperador podem ser vistas como os meios encontrados pelos redatores de *O Patriota* para desencorajar a simpatia pelo modelo da monarquia constitucional.

Apesar de concordar com a vigência da Monarquia Absolutista no Brasil como forma de governo mais adequada, Manuel de Araújo, o redator de *O Patriota*, acreditava que o liberalismo inglês, defendido por D. Rodrigo e promovido por Lorde Strangford não era o modelo que traria o desenvolvimento ao reino. Achava que sob as circunstâncias em que se encontrava o Brasil, o liberalismo inglês que traria o livre comércio eliminaria grande parte da taxa alfandegária brasileira, seria medida interessante unicamente à Inglaterra, que, diante do bloqueio continental, tinha cada vez menos saída para seus produtos, podendo destiná-los ao Brasil.

Manuel de Araújo, apesar de contrário ao liberalismo inglês, ainda assim era um liberal. Mas compartilhando as ideias de José Bonifácio, acreditava que a aplicação do liberalismo em terras brasileiras exigia um anterior preparo intelectual da corte, e o conhecimento das técnicas agrícolas avançadas para que fosse possível o desenvolvimento industrial. É com esse objetivo, que traz em seu jornal rubricas que contam novidades sobre novos métodos agrícolas e tecnológicos vindos da Europa. Dois exemplos disso são o discurso de Duarte Ribeiro sobre a introdução das artes no reino e a memória de José Bonifácio sobre questões da mineralogia.

No discurso de Duarte Ribeiro, redigido em Paris no ano de 1675, o influente economista do Reino Português expõe a clara decadência e atraso econômico e comercial de Portugal frente às outras nações europeias. O principal argumento de que o economista se vale para enxergar esse atraso é a grande entrada de manufaturas estrangeiras no reino e sua consequente saída de dinheiro. Duarte Ribeiro argumentava que a solução do problema consistia no aumento da variedade de produtos cultivados nas colônias, pois as espécies como o açúcar, tabaco, vinho e azeite, não eram mais tão procurados. Assim, sempre que Portugal comerciava com outras nações acabava tendo grande prejuízo em razão de depender muito mais dos produtos estrangeiros que a





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

dependência dos estrangeiros por seus produtos, o que implicava em um número de importações muito superior às exportações, sendo necessário suprir tal déficit com pagamentos em dinheiro.

Além de expor seu principal argumento, tratava de desprezar as explicações dadas por outros políticos, na qual apontavam que os principais erros da postura administrativa lusitana era o estabelecimento de altas taxas alfandegárias e o luxo da corte. Com um forte caráter mercantilista, defendia as taxas alfandegárias como uma das únicas formas de possibilitar certo lucro com a exportação intensificada dos produtos coloniais de Portugal. Se as taxas fossem suprimidas, os produtos tornar-se-iam ainda mais baratos, fazendo com que fosse gasto mais dinheiro nas transações comerciais, diminuindo assim a riqueza do reino. A diminuição das alfândegas promoveria o comércio português e traria riquezas ao reino apenas se a procura dos produtos coloniais fosse superior à procura lusitana por manufaturas estrangeiras. O corte dos artigos de luxo seria uma medida que conteria o problema momentaneamente, mas não de longo prazo, pois o que causava o prejuízo português era a entrada dos produtos estrangeiros, e não a troca de produtos coloniais por artigos de luxo (*O Patriota*, 1813, II, 2, 43 - 44)

Entendendo a riqueza ou prejuízo de um reino como algo dependente a exportações e importações a outras nações, Duarte Ribeiro divide a história de Portugal e mostrava o caminho da prosperidade lusitana de eras passadas até a decadência de sua época. Primeiro fala de um tempo anterior a conquista das Índias, onde o Reino era abastecido com seus próprios produtos, não precisando recorrer a importação dos estrangeiros, também tendo seus produtos muito mais procurados. Depois fala do período da conquista das Índias, onde começou a importação em grande escala de produtos estrangeiros, pelo luxo proporcionado pelo comércio das drogas. Por fim, fala do tempo em que o Reino perdeu as Índias, mas que a importação não cessou, levando-o a gastar sua riqueza com produtos estrangeiros, importando muito mais do que exportando (*O Patriota*, 1813, II, 3, 35 - 36).

Como já dito, para a prosperidade e superação da crise, Duarte Ribeiro defende o aumento da variedade de gêneros produzidos no Reino e a consequente diminuição da dependência estrangeira fundamentando-se na introdução das Artes no Reino, em outras palavras, na industrialização do mesmo. Conservando o raciocínio de que a troca de produtos coloniais com manufaturas estrangeiras não era o bastante para que não houvesse a necessidade de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

complemento do capital lusitano nas transações, o Reino cortaria muita saída de dinheiro se produzissem num primeiro momento os bens de primeira necessidade, como as vestimentas que eram intensamente importadas (*O Patriota*, 1813, II, 3, 39-40). Além de ser simples, o processo de produção desses produtos de primeira necessidade seria vantajoso porque as matérias primas necessárias além de não serem caras, eram abundantes em suas colônias, o que não ocorria nas nações estrangeiras.

Para tanto, Duarte Ribeiro propôs a proibição da importação de manufaturas que pudessem ser produzidas no próprio reino, além de encorajar a não circulação de certos materiais coloniais pela Europa, para que pudesse haver uma valorização dos produtos coloniais e das manufaturas portuguesas, fazendo com que o Reino fosse detentor de bens escassos e de grande necessidade (*O Patriota*, 1813, II, 3, 41 - 42). Além disso, para garantia de qualidade dos produtos, o economista propunha políticas de encorajamento aos artesãos que melhor fizessem seus trabalhos.

Além da argumentação que visava mostrar que a introdução das artes em Portugal traria o seu desenvolvimento, Ribeiro também argumentou contra o receio de que tal industrialização causasse mais males à nação. Um dos principais medos, quanto a isso era a de que as manufaturas, quando comessem a serem produzidas, promoveriam maior saída das drogas coloniais, diminuindo-as, já que quando estas saíam eram em troca das manufaturas estrangeiras. Frente a esse medo, Ribeiro explica que a saída das drogas não está diretamente relacionada á com a existência ou ausência das artes, e sim com a necessidade das nações estrangeiras. A saída das drogas havia diminuído porque as nações europeias passaram a obtê-las em outros lugares.

Assim, a introdução das artes só traria benefícios, já que não se necessitaria da importação de manufaturas de uso comum e cotidiano, as quais estavam consumindo o dinheiro do Reino, e ainda se continuaria a ganhar com a exportação das drogas (*O Patriota*, 1813, II, 3, 43).

Para finalizar seu discurso, Duarte Ribeiro cita cinco pontos que deveriam ser melhorados em Portugal caso as artes fossem introduzidas. No primeiro ponto, ele volta a falar sobre o luxo do reino e da coroa. Coloca que o luxo é extremamente danoso ao Reino quando os produtos que o oferecem são de procedência estrangeira, contanto que tal luxo fosse proporcionado pelo consumo dos produtos nacionais, seria até vantajoso para o reino, já que aumentaria a circulação





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de dinheiro. O segundo ponto é o da ociosidade. Segundo o economista, a ociosidade seria fortemente combatida com a introdução das Artes, pois com o trabalho com a lã para a manufatura de vestimentas, por exemplo, haveria trabalho e sustento para todo o número de indigentes do reino. Vale-se de exemplos da antiguidade até aos das nações estrangeiras contemporâneas, de como lidam com os ociosos (*O Patriota*, 1813, II, 4, 33 - 34). Já o terceiro ponto vantajoso é o aumento populacional. O raciocínio utilizado por Ribeiro consiste na ideia de que o número de lavradores aumenta proporcionalmente com o número de artífices, e vice e versa. Pois um lavrador quando colhe seu trabalho, garantindo sua subsistência, melhora seus meios de serviço e se possível procura o supérfluo, o que raramente acontecia com a consumação das manufaturas estrangeiras. Portanto, se aumentassem o número de artífices na cidade, os lavradores consumiriam os produtos, melhorariam suas ferramentas e com a sobrevivência garantida pela facilidade de obtenção de manufaturas proporcionadas pelos artífices, passariam a buscar o luxo. A maior procura por manufaturados levaria ao aparecimento de mais artífices, que se dirigiriam às cidades em busca de trabalho e aprimorariam seu trabalho. Assim passaria a haver cada vez mais artífices e lavradores bem sucedidos, o que acarretaria o maior número de casamentos, proporcionados pela estabilidade financeira. E por fim, pelo comércio de manufaturas, haveria mais capital circulando no reino.

O quarto ponto a ser melhorado dizia respeito ao fato de que a falta das Artes seria mais danosa e sua introdução mais vantajosa no Reino do que em qualquer outro lugar. Ele divide esse ponto em dois. No primeiro, ele atenta ao grande número de colônias portuguesas e de suas necessidades por manufaturas, como as vestimentas. Assim, caso houvesse a disponibilidade de manufaturas em Portugal, estas seriam trocadas pelas drogas coloniais, que seriam repassadas a toda Europa através de Castella. O segundo se deve ao Porto de Lisboa ser o mais adequado do mundo para a comercialização de manufaturas por estar extremamente próximo ao Mediterrâneo e se localizar no caminho das Américas. Assim, deveriam ficar como maiores empórios do mundo o porto de Lisboa, seguido de Constantinopla. Por fim, o último ponto citado é de que a renda do Reino aumentaria já que haveria o aumento populacional, havendo assim mais pessoas para pagarem tributos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O outro exemplo consiste nas memórias de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre Mineralogia, transcritas no jornal *O Patriota*, onde ele trata da existência de duas minas que já foram exploradas e que agora estão abandonadas- a mina de carvão Buarcos e a do Porto-, e também da manutenção de uma fábrica de ferro na foz do Alge, em Portugal. José Bonifácio elaborou planos para reativação dessas minas, detalhando os meios para isso, estimando o tanto de cabedal necessário, o custo dos serviços e também o lucro a ser recebido e promove a importância do funcionamento da fábrica de ferro, expondo os prejuízos que seu encerramento traria.

José Bonifácio discorreu sobre a má administração das minas de Portugal em tempos passados, argumentando que mesmo com a boa vontade e cuidado dos reis elas não foram bem aproveitadas. Em seguida mostra os itens que seriam melhorados com a reativação das minas como a povoação de áreas até então pouco habitadas, o combate à ociosidade, a necessidade da construção de canais, estradas e armazéns, o aumento na variedade de bens produzidos pelas pequenas indústrias nacionais, que são necessárias as atividades de mineração, como cordas, couros, pólvora, água forte, o que também acabaria por intensificar o comércio interno de bens de primeira necessidade dos mineiros. Também defendeu a adequação das atividades mineiras como uma boa opção para obtenção do lucro para Portugal frente à impossibilidade de concorrência com as indústrias inglesas e de agricultura não muito produtiva (*O Patriota*, 1813, II, 1, 11-13):

Se o país he estéril em produtos agriculturaes, como a maior parte das nossas vastas terranias, e charnecas; se as fabricas tem obstaculos quasi invencíveis para se porem em concorrência com as estrangeiras, como sempre nós succede; que outro modo mais natural e seguro terá huma nação para não empobrecer e despovoar-se, do que a lavra em grande de seus mineraes, com que a Providencia a quis dotar? Sem o seu ferro, e cobre, que seria hoje em dia da Suecia, e dos vastos desertos da Siberia? (*O Patriota*, 1813, II, 1, 13)

Por fim, José Bonifácio aponta uma série de motivos que incidiam na não prosperidade do Reino pela atividade mineradora. Os motivos variavam desde a ausência do Estado e também dos particulares. No primeiro, percebia-se a falta de legislação, de administração, de ajuda nos pequenos empreendimentos, realização de guerras com seus vizinhos, e das altas taxas contidas nos preços dos minerais que, por serem muito altos, não conseguiam competir com os preços das nações concorrentes. A extração sem planejamento dos minerais pelos particulares que visavam o

4700





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

enriquecimento imediato acabou por comprometer a produtividade de muitas minas, impossibilitando seu aproveitamento. Em seu postulado, procura alertar o príncipe sobre estes erros, e guiá-lo na adoção de empreendimentos que trariam grande lucro ao Reino.

Ao se fazer uma análise dos dois textos, nota-se que em ambos existem postulações para desenvolvimento do Reino, mas que são diferentes em certos aspectos. Na visão de Duarte Ribeiro a industrialização deveria ser estimulada imediatamente no reino lusitano, para que as primeiras necessidades do povo português fossem supridas com produtos nacionais, diminuindo o número de importações e aumentando o comércio interno. Para Duarte Ribeiro este pensamento se legitima pelo fato da causa da decadência financeira de Portugal dever-se justamente ao grande número de manufaturados estrangeiros comprados a dinheiro, o que aumentava cada vez mais o déficit lusitano, já que seus produtos coloniais não eram tão mais procurados. Percebe-se assim um forte pensamento mercantilista do estadista, comum ao século XVII. Já no pensamento de José Bonifácio, a industrialização só seria possível depois de um grande desenvolvimento e modernização da agricultura, que aumentaria a variedade de produtos coloniais, intensificando assim o comércio interno e externo, que somados à atividade como a mineração, que proporciona grande lucro ao reino, acabaria por gerar os cabedais necessários para a indústria. Assim seria possível a obtenção da finança, que se trata do tributo que o particular deve pagar ao Estado, encarregado da manutenção de toda a nação.

As taxas alfandegárias formam outro ponto em que os estadistas se diferenciam. Duarte Ribeiro enxergava a diminuição das taxas de alfândega como algo inviável nas circunstâncias em que Portugal se encontrava: “O segundo remédio de abaixar os direitos nas Alfândegas, e o preço das drogas do Brazil, he remédio que curaria o mal, se as drogas do Brazil fossem bastantes para pagar aos estrangeiros o preço de todas as fazendas, que recebemos delles” (*O Patriota*, 1813, II, 2, 43), mas José Bonifácio via na sua diminuição a intensificação do comércio: “Diminuir os direitos das alfândegas seria muito útil, porque os estrangeiros achando maior lucro em levar gêneros do que dinheiro, sacariam aqueles, e a agricultura aumentaria pela maior reprodução anual” (BONIFÁCIO: DOLHNIKOFF, 1998, p. 266).

Um dos fatores que justifica a escolha desses dois textos, que vão do pensamento mercantilista comum na primeira fase do capitalismo até o pensamento liberal tido como uma das





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

maiores novidades do século XIX está no fato de Manuel Ferreira ter sido defensor de um liberalismo diferente do inglês proposto por Adam Smith. Este liberalismo era pensado de acordo com as circunstâncias em que o Brasil se encontrava no século XIX, ao contrário do inglês. No Brasil defendia-se que as barreiras alfandegárias não deveriam ser abertas de forma imediata, sem que houvesse antes um preparo. Este preparo consistia na modernização das instituições recém-importadas da Europa, na industrialização defendida por Duarte Ribeiro e no atendimento de seus requisitos, e por fim na formação intelectual de uma elite capaz de se habituar a ruptura do antigo regime e se adaptar à modernização da sociedade.

Diante dessas questões, defende-se a vinculação entre educação e imprensa no jornal *O Patriota*. Foi curta a existência do jornal, o suficiente para marcar um movimento que não se construía apenas relacionado à realidade colonial, mas que expressava a necessidade da sociedade burguesa ampliar espaços em territórios nos quais predominava a forma absolutista de governo. Difundir entre os brasileiros as ideias liberais mostrando-lhes a conveniência da sua adoção no contexto político e econômico do reino é entendido como uma ação educativa. Tratava-se da necessidade de instruir para práticas mais progressistas, de expor à elite os benefícios trazidos pela modernização das técnicas produtivas e da sociedade que fundava sua existência no trabalho livre.

Referências

KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e império no Brasil- *O Patriota* (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. (Coleção História & Saúde).

CLOULET, Ana Rosa. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio 1783-1823**. Editora Unicamp, 1999. (Coleção Tempo & Memória).

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. 4ª Edição. Brasília: Editora Senado Federal, 2005.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **Projetos para o Brasil (Miriam Dolnikoff org.)** São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

Fonte Primária

***O Patriota* (1813-1814)**

